

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO E DA  
DISSEMINAÇÃO DAS TICS NA ARQUITETURA  
URBANA DAS METRÓPOLES LATINO-  
AMERICANAS**

ANDRÉ NOGUEIRA ILÁ  
Matrícula n° 104132559

ORIENTADOR: Prof.º René Louis de Carvalho

AGOSTO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO E DA  
DISSEMINAÇÃO DAS TICS NA ARQUITETURA  
URBANA DAS METRÓPOLES LATINO-  
AMERICANAS**

ANDRÉ NOGUEIRA ILÁ  
Matrícula n° 104132559

ORIENTADOR: Prof.º René Louis de Carvalho

AGOSTO 2009

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.*

**Dedico o presente trabalho aos meus pais, principais incentivadores da minha formação acadêmica; à Patricia, minha eterna namorada, companheira e confidente; aos amigos do peito, que estão sempre a mostrar-me o quão saboroso é viajar bem acompanhado pelos rumos dessa venturosa vida.**

# **Agradecimentos**

**Foi uma longa jornada até aqui...**

**Agradeço a Deus, pela oportunidade de completar esta etapa de minha vida, principalmente num país onde as chances são raras e as estatísticas, na grande maioria das vezes, desanimadoras.**

**Aos meus tantos professores, que dedicaram e dedicam parte do seu tempo a ensinar, porque é o conhecimento que nos torna verdadeiramente livres.**

**A Patricia Machado, minha querida namorada, que me ajuda de maneiras que eu mesmo não concebia antes de conhecê-la.**

**A todos os meus amigos, em especial a João Furtado e Juliana Rocha, que sempre me incentivaram e, mais importante, me compreendem.**

**A Cyntia Machado, pelos conselhos fraternais.**

**À Chefe da Secretaria de Graduação, Anna Lúcia, pela atenção e paciência desde a chegada à UFRJ.**

**Ao Professor René, pela atenção e companheirismo de sempre.**

## RESUMO

As metrópoles latino-americanas tem passado, a partir do último quartil do século XX, por transformações comuns ou de lógica semelhante nas suas arquiteturas produtivas e morfológicas. O presente texto toma como ponto de partida os efeitos da globalização e da crescente implementação das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação para explicar como que essas mudanças alteram tanto a base econômica metropolitana quanto a paisagem urbana para, ao fim e ao cabo, recriar a identidade dessas centralidades urbanas.

**palavras-chave: metrópoles latino-americanas, globalização, arquitetura produtiva, morfologia urbana.**

## ABSTRACT

The latin-american metropolises have been passing, from last quartile of the 20<sup>th</sup> century on, by common or logically alike transformations on their productive and morphological architectures. This work takes the effects of globalization and increasing implementation of the New Information and Communication Technologies to explain how these changes alter both Metropolitan economics bases and urban landscape to, after all, recreate the identity of urban centralities.

**Keywords: latin-american metropolises, globalization, productive architecture, urban morphology.**

## **SÍMBOLOS E ABREVIATURAS**

**NTIC – Novas Tecnologias da Informação e Comunicação**

**FMI – Fundo Monetário Internacional**

**IED – Investimento Externo Direto**

**RTF – Redes Transfronteiriças**

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO 1 - UM NOVO MUNDO: GLOBALIZAÇÃO E TECNOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Globalização Financeira e Produtiva .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 2 - DINÂMICA CAPITALISTA E ESPAÇO GEOGRÁFICO.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 A Teoria dos Lugares Centrais .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 As Cidades Industriais .....</b>	<b>21</b>
<b>2.3 As Cidades Globais.....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 3 - NOVAS IDENTIDADES NAS METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS .....</b>	<b>25</b>
<b>3.1 Consenso de Washington, globalização e a metrópole latino-americana.....</b>	<b>25</b>
<b>3.2 Globalização e nova arquitetura produtiva .....</b>	<b>28</b>
<b>3.3 Redes transfronteiriças (RTF) e impactos sobre as metrópoles.....</b>	<b>30</b>
<b>3.4 Novas funções na Metrópole Latino-Americana.....</b>	<b>33</b>
<b>3.5 Gestão Urbana e Fortalecimento da Ação Privada.....</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO 4. TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS NAS METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS.....</b>	<b>36</b>
<b>4.1 Sistemas produtivos centrais organizados de forma reticular.....</b>	<b>36</b>
<b>4.2 Despovoamento do núcleo central e crescimento das bordas.....</b>	<b>38</b>



<b>4.3 Policentrismo Metropolitano.....</b>	<b>39</b>
<b>4.4 Urbanização das áreas intersticiais periurbanas.....</b>	<b>42</b>
<b>4.5 Ampla presença de novos equipamentos urbanos.....</b>	<b>43</b>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

As metrópoles latino-americanas vêm apresentando, principalmente a partir das duas ou três últimas décadas do século passado, um crescimento e expansão acompanhadas de transformações que apresentam semelhanças com aquelas vividas pelas metrópoles dos países desenvolvidos. Essas transformações foram de tal magnitude que diversos autores de várias áreas de estudo propuseram novas denominações para se referir ao novo tipo de cidade que presenciam surgir<sup>1</sup>. Numerosas pesquisas e estudos realizados nos últimos anos sobre diversas dessas centralidades latino-americanas nos fornecem razões para investigar a evolução dessas mudanças com relação àquelas sofridas pelas metrópoles dos países desenvolvidos.

Uma vez que verifica-se um grande número de transformações de mesmo calibre ou comuns tanto para metrópoles de países desenvolvidos como para as metrópoles latino-americanas podemos nos perguntar, apesar da manutenção das identidades e especificidades dessas aglomerações, como ou porque encontramos semelhanças tão pronunciadas entre cidades como Nova York e São Paulo, Londres e Cidade do México. Note nessa afirmação de Picon (1998 apud Mattos,2004):

“... o mesmo cenário parece se reproduzir de um lado a outro do planeta, como se em todos os lugares surgisse uma nova raça de ciborgues, capazes de decifrar um entorno urbano que se tornou enigmático. [...] As semelhanças existentes nas paisagens urbanas e periurbanas dos Estados Unidos ou da Europa Ocidental e nas grandes megalópoles da África ou Ásia são desconcertantes. [...] Em diversos casos, as semelhanças são mais surpreendentes que as diferenças”

---

<sup>1</sup> Nesse contexto foram propostas novas denominações como ‘cidade informacional’ (Castells, 1989), cidade difusa (Indovina, 1990), cidade global (Sassen, 1991), metápole (Ascher, 1995), cidade pós-moderna (Amendola, 1997), metrópole desbordada (Geddes, 1997), cidade reticular (Dematteis, 1998), cidade dispersa (Monclus,1998),etc

A hipótese natural por nós aqui levantada é tentar explicar esse processo através do efeito globalizante, que vem se intensificando de maneira crescente e sem precedentes na história, e parece dispersar variações e consequências similares nos mais variados âmbitos da atividade humana, visto seu tão comentado caráter de “aproximar, miscigenar e unir” pessoas ou culturas diferentes e, portanto, “espalhar comportamentos”, gerando consequências sociais ou econômicas parecidas ao redor do mundo.

Começando no Capítulo 1 por uma investigação da globalização econômico-produtiva que se espalha pelo mundo, podemos chegar a conclusões sobre um determinado tipo de interação entre cidades apenas possibilitadas pelas NTICs – as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – que diminuíram a importância da distância necessária para as relações econômicas e pessoais.

Essas aglomerações urbanas, notadamente as metrópoles mundiais, têm, a partir de um crescente espalhamento de filiais de empresas transnacionais, transformado o caráter das interações entre essas cidades, cujo funcionamento e produção se entrelaçam cada vez mais. No Capítulo 2 expomos como que o papel das cidades, ou seja, do “urbano” tem mudado ao longo de dinâmicas capitalistas que, dado o sistema de acumulação do capital, podem influir na expansão e configuração das mesmas. Dentro dessa lógica, nos tempos atuais a globalização econômico-financeira tem gerado usos e identidades novas para o espaço urbano.

A partir dessas considerações podemos investigar mudanças verificadas nas metrópoles latino-americanas que apontam para uma reorganização da base econômica das mesmas. A perda da centralidade industrial por parte dessas aglomerações parece seguir um curso de lógica comparável ao que tem acontecido nas metrópoles dos países desenvolvidos, assim como o crescimento relativo do ramo de serviços. As respostas para essas e outras questões levantadas ao longo do trabalho parece ter explicação na citada proliferação das empresas transnacionais que, a partir dos seus movimentos e inserção dentro do tecido urbano, parecem imprimir mudanças na arquitetura produtiva dessas cidades. Essas transformações serão examinadas com mais cuidado no Capítulo 3.

Finalmente, no Capítulo 4, procuramos analisar as mudanças de ordem morfológica que têm alterado a paisagem urbana dessas aglomerações latino-americanas. Fenômenos como o despovoamento e perda de importância econômica relativa dos “centros da cidade”, a periurbanização ou suburbanização, o surgimento de novos bairros descolados

territorialmente do principal centro de atração, o aparecimento de novos “equipamentos urbanos” (grandes espaços comerciais, *shopping centers*, locais para realização de grandes eventos ou feiras internacionais, complexos integrados de lazer, etc.), entre outros, são cada vez mais comuns nessas centralidades e merecem destaque à medida que conferem uma nova aparência ao urbano, obedecendo demandas dos atores econômicos envolvidos.

No final do trabalho tentamos sistematizar as conclusões as quais podemos chegar.

## **CAPÍTULO 1 - UM NOVO MUNDO: GLOBALIZAÇÃO E TECNOLOGIA**

O termo “Globalização” se tornou há bastante tempo recorrente no cotidiano das pessoas e tem sido utilizado de forma frequente tanto na imprensa como no meio acadêmico ao redor do mundo. Da mesma maneira, as chamadas “Novas Tecnologias da Informação e Comunicação” (NTIC) são frequentemente apontadas como um dos principais fatores de uma vasta e inexorável mudança no *modus operandi* do sistema capitalista, apontando-se aí uma mudança de paradigma tecnológico.

Tais expressões e respectivos significados serão abordados de maneira sucinta nesse capítulo uma vez que, como será visto no decorrer do trabalho, determinam importantes consequências no funcionamento das metrópoles latino-americanas, principalmente a partir da década de 1980.

Apenas através de conceitos bem fundamentados poderemos desenvolver encadeamentos lógicos válidos e desta maneira chegar a conclusões consistentes.

### **1.1 Globalização Financeira e Produtiva**

A globalização é, sobretudo, um tema multidimensional que envolve condições econômicas, sociais, históricas, sociológicas e tecnológicas, entre outras, determinadas no tempo e no espaço. Desta maneira, o termo não deve ser restrito apenas a um momento atual ou recente de certo avanço tecnológico. A globalização está presente na História há muito, ou seja, a interação entre partes do mundo e suas consequências locais podem ser encontradas de diversas formas e intensidades ao longo dos tempos.

As forças globalizantes que nos interessam nesse trabalho dizem respeito particularmente às recentes e tão comentadas globalizações financeira e produtiva atuais – fenômenos econômico-sociais sem precedentes na história do Capitalismo até então. A

primeira diz respeito aos fluxos financeiros internacionais (empréstimos, financiamentos e investimentos de portfólio), enquanto que a segunda refere-se aos fluxos de Investimento Externo Direto – o IED – bem como à atuação das empresas transnacionais. O aumento e aprofundamento desses processos gerou consequências inéditas nas mais diversas esferas comerciais, econômicas e sociais, alterando definitivamente o modo de vida daqueles inseridos nesse contexto.

Como define Baumann (2004):

“a globalização financeira pode ser entendida como a interação de três processos distintos ao longo dos últimos vinte anos: a expansão extraordinária dos fluxos financeiros internacionais, o acirramento da concorrência nos mercados internacionais de capitais e a maior integração entre os sistemas financeiros nacionais”.

O primeiro processo diz respeito à intensificação tanto no volume quanto na velocidade dos fluxos de capitais peculiares ao sistema financeiro internacional: títulos, ações, empréstimos, financiamentos, moedas, derivativos. Vários indicadores e índices não deixam dúvidas quanto a este fato. Apenas para ilustrar podemos citar o aumento do volume médio diário das transações no mercado internacional de moedas de US\$ 718 bilhões em abril de 1989 para US\$ 1.572 bilhões em abril de 1995 (FMI, 1996). Poderiam ainda ser citados inúmeros dados sobre fluxos de empréstimos, financiamentos, investimentos de portfólio ou empréstimos intercompanhias.

O segundo processo citado, o acirramento da concorrência externa, faz menção à maior disputa por transações financeiras envolvendo, de um lado, bancos e, de outro, instituições financeiras não bancárias. Grupos transnacionais também passaram a atuar mais diretamente no mercado financeiro internacional por meio de instituições financeiras próprias. Os investidores internacionais (fundos de pensão, fundos mútuos, seguradoras, entre outros) passaram a adotar estratégias de diversificação de portfólio em diferentes bases geográficas, investindo em centros financeiros não só de países desenvolvidos mas também em “mercados emergentes”. Na América Latina, São Paulo e Cidade do México são exemplos clássicos de cidades receptoras de recursos desse tipo.

Finalmente, o terceiro processo refere-se à maior integração dos sistemas financeiros internacionais. Uma proporção crescente de ativos financeiros emitidos por residentes está nas mãos de não-residentes e vice-versa. Um indicador importante dessa integração é o diferencial entre as taxas de crescimento das transações financeiras internacionais e nacionais. Nos cinco primeiros anos da década de 1990, por exemplo, o estoque de bônus emitidos nos mercados internos de capitais de países desenvolvidos cresceu a uma taxa média anual de 9%, enquanto que o estoque de bônus emitidos no mercado internacional de capitais cresceu 12% (FMI, 1996). Para citarmos outro indicativo, a participação de títulos estrangeiros na carteira dos fundos de pensão norte-americanos aumentou de 0,7% em 1980 para 10,3% em 1993; no caso dos fundos britânicos esse aumento foi de 10,1% para 19,7% enquanto no caso dos fundos japoneses registrou-se um salto de 0,5% para 9,0%, todos considerados no mesmo período supracitado (FMI, 1995).

Baumann (2004) também conceitua a “globalização produtiva” como “a interação de três processos distintos, a saber, o avanço do processo de internacionalização da produção, o acirramento da concorrência internacional e a maior integração entre as estruturas produtivas das economias nacionais”. Há então uma clara conexão com o braço financeiro da globalização, tratando-se agora das dinâmicas e interações globalizantes no lado real da economia mundial.

A internacionalização da produção ocorre sempre que residentes de um determinado país têm acesso a bens e serviços provenientes de outros países, podendo ocorrer portanto através do comércio internacional, do IED ou de relações contratuais. O primeiro consiste nas importações e exportações internacionais enquanto que os dois últimos são formas diversas onde bens e serviços de agentes não residentes são ofertados dentro de limites transnacionais. No caso do IED, empresas estrangeiras estabelecem filiais produtivas no país hospedeiro enquanto que, no caso das relações contratuais, são os próprios agentes nacionais que produzem bens de marcas estrangeiras (como os contratos de transferência de know-how, patentes, franquias e alianças estratégicas).

A partir de meados dos anos 1980 houve um aumento extraordinário dos fluxos de IED e das relações contratuais, caracterizando-se assim uma interação cada vez maior entre os sistemas produtivos de diversos países. Esse ponto pode ser verificado através de indicadores de investimento externo direto, fluxo de royalties e licenças para produção e dos próprios dados sobre importação e exportação de bens e serviços. Sobre o acirramento da concorrência internacional não há possibilidade de mensuração, mas a crescente importância da questão na

agenda de política econômica dos países sugere que, de fato, há uma disputa cada vez maior no sistema econômico mundial.

Tanto pela ótica da globalização econômica quanto pela ótica da globalização produtiva o mundo vivencia uma escala de interação sem precedentes na História, mesmo porque os dois movimentos se complementam e dependem entre si. Obviamente, esta situação determina condições complicadas de dependência e vulnerabilidade entre economias diversas ao redor do globo, e, portanto, a busca de novas soluções para novos problemas econômicos e sociais tanto para as economias de forma separada como para questões de âmbito transfronteiriço.

## **1.2 Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs)**

As tão comentadas “Novas Tecnologias da Informação e Comunicação” (NTICs) são apontadas frequentemente na bibliografia especializada como um dos principais fatores determinantes dos fenômenos da globalização. O surgimento e implementação dessas tecnologias inovadoras possibilita todo um novo tipo de organização e funcionamento de cidades cada vez mais interconectadas entre si e uma capacitação de gestão à distância de atividades produtivas, como será discutido posteriormente.

A partir do último quartel do século passado se dá início uma revolução tecnológica envolvendo as áreas da microeletrônica e das tecnologias digitais. O surgimento dessas novas tecnologias, dos computadores aos aparelhos celulares de última geração, todos interligados entre si, intensivos ou relacionados em informação e conhecimento refizeram e alteraram de forma radical tanto as relações pessoais e sociais como as relações empresariais. Essa nova forma de produzir, consumir e viver, essa “revolução em miniatura” característica dos tempos atuais se dá, pode-se dizer, em contraste com um sistema fordista anterior, intensivo no uso de energia e materiais.

Dessa maneira, novas soluções na área produtiva da economia se constroem enquanto que uma série de novos produtos financeiros também podem ser ofertados tanto em mercados nacionais como internacionais. O resultado é uma nova gama de possibilidades para a redução de custos tanto de produção quanto de alocação de ativos financeiros que acaba por permitir uma intermediação cada vez maior de funcionalidades em escala global.



## **CAPÍTULO 2. DINÂMICA CAPITALISTA E ESPAÇO GEOGRÁFICO**

A partir daqui se torna importante conhecer alguns fenômenos e conceituações referentes ao impacto da força capitalista globalizante sobre o espaço. Nos dedicaremos a três dinâmicas explicativas sobre três diferentes identidades de cidades.

Esses contextos nos traduzem como que as mudanças nas formas capitalistas de produção de riqueza redefinem o papel das cidades continuamente no tempo. Nesse âmbito, nos voltaremos primeiramente para a “teoria dos lugares centrais” que explica o funcionamento “simples” de uma centralidade que presta serviços somente a seu interior. Logo depois falamos sobre a “entrada” da indústria no contexto urbano, que pela primeira vez faz com que a dinâmica urbana se volte para além de seus perímetros. Esse esforço é justificado para chegarmos finalmente no conceito de “cidade global”, que tem grande poder explicativo sobre as transformações que as metrópoles latino-americanas vivenciam, que consiste no objetivo central do presente trabalho.

### **2.1 A Teoria dos Lugares Centrais**

A maioria dos estudos relativos a redes urbanas, ou seja, aqueles mais clássicos, têm como um de seus objetivos principais hierarquizar as cidades conforme seu tamanho, a extensão de sua zona de influência espacial a partir de seu centro e o número de atividades econômicas oferecidas ou ofertadas. A ‘teoria dos lugares centrais’, elaborada pelo alemão Walter Christaller em 1933, é o mais famoso e difundido dentre tais estudos.

Para Christaller, a importância da localidade urbana está diretamente relacionada à qualidade e quantidade de bens e serviços oferecidos por essa centralidade (IPEA, 2002). Independente do tamanho, todo núcleo de povoamento é visto como uma localidade central, equipada por funções centrais – ou seja, próprias apenas do “centro da cidade”, para utilizarmos uma expressão mais coloquial. Quanto maior o número de funções centrais – os bens e serviços oferecidos – maior é a capacidade de atração de determinada centralidade e conseqüentemente seu tamanho, sua área de influência e portanto o número de pessoas por ela

atendidas. A ‘teoria dos lugares centrais’ ou ‘das localidades centrais’ se revela, desta maneira, como uma análise lógica e racional para busca e detecção de centros atrativos de consumidores.

Duas proposições implícitas em Christaller colocam esse raciocínio teórico em evidência: é a existência de um alcance espacial de influência máximo e de um alcance espacial de influência mínimo. O primeiro conceito diz respeito a uma área determinada por um raio, a partir da localidade central, dentro da qual a população (os consumidores) dirige-se à localidade, ao centro espacial de atração, na busca de bens e serviços. As pessoas que não se encontram nessa área, em função dos custos de transportes, satisfazem suas necessidades de consumo noutros centros urbanos.

O segundo conceito (de alcance espacial mínimo) refere-se à área de entorno de uma localidade central, que dispõe de um número necessário de consumidores que possibilite economicamente a instalação de uma atividade de oferta de bens e serviços, ou seja, de uma dita função central. Trata-se portanto de um noção tipicamente econômica quanto à viabilidade em relação a uma demanda mais ou menos suficiente para a manutenção de firmas em geral.

Na ‘teoria dos lugares centrais’ é exatamente a capacidade de oferta de diferentes bens e serviços que determina a posição hierárquica que uma determinada centralidade urbana irá ocupar.

Seja uma localidade que apresente uma e somente uma função central que é a oferta de um bem ou serviço relativamente simples ou pouco especializado, o que para Christaller significa necessariamente um produto de consumo frequente, fazendo com que o consumidor se dirija muitas vezes ao local de compra, ao centro urbano. Desta maneira, pela facilidade de produção desse bem, dado seu pequeno grau de complexidade, uma quantidade relativamente pequena de consumidores já seria suficiente para viabilizar a oferta total, sendo necessário um reduzido alcance espacial mínimo. Para além dessa constatação, pode-se concluir também que o alcance espacial máximo também seria pormenorizado uma vez que, dada a oferta generalizada de um produto de fácil produção, haveria restrições relativas ao custo de transporte para o deslocamento na busca do bem em outra localidade urbana.

Por outro lado, coloquemos o exemplo de uma grande cidade ou aglomeração urbana que seja capaz de ofertar produtos ou serviços bastante especializados, que pela ótica de

Christaller são produtos de consumo pouco frequente. Uma estrutura econômico-espacial desse tipo torna necessário um maior alcance espacial mínimo tendo em vista que apenas um número relativamente grande de consumidores é capaz de gerar demanda suficiente – um mercado consumidor maior é requerido. Por sua vez, dada a frequência de consumo relativamente baixa, tais funções centrais suportariam maiores custos de transporte, caracterizando-se a existência de um maior alcance espacial máximo. Por esses motivos, seriam poucas as localidades centrais desse tipo e assim maiores as distâncias entre elas.

A fim de melhor expor esta sistemática podemos construir no quadro abaixo um exemplo hipotético de hierarquia urbana utilizando-se de denominações frequentemente empregadas em relação às localidades centrais. Lista-se então, a partir da idéia central sobre a diferença na oferta de bens e serviços, uma classificação por tipos de aglomerações urbanas:

Quadro 1

Exemplo Hipotético de Hierarquia Urbana e Funções Centrais

CENTROS	FUNÇÕES CENTRAIS
Metrópole Regional	abcd efgh ijkl mnopqrst
Capital Regional	efgh ijkl mnopqrst
Centro sub-regional	ijkl mnopqrst
Centro de Zona	mnopqrst
Centro Local	qrst

Fonte: Corrêa (1989, p.23)

Observe que uma Metrópole Regional, assim como caracterizada no exemplo, oferece todas as funções centrais possíveis, inclusive certas ofertas que somente ela é capaz de disponibilizar (as funções a, b, c e d). Esses bens são aqueles de menor frequência de consumo, o que possibilita maiores deslocamentos ao mesmo tempo que faz com que essas aglomerações apresentem os maiores alcances tanto máximo quanto mínimo.

Descendo de patamar hierárquico, temos centralidades que oferecem uma quantidade cada vez menos variada de bens e serviços, com alcances máximo e mínimo cada vez menores, dada a frequência de consumo crescente dos produtos ofertados.

Nesse contexto, as áreas de influência de centros “inferiores” estão contidas nas áreas de influência daqueles centros “superiores”. Podemos afirmar ainda que, pela questão colocada por Christaller sobre os custos de transporte, ao demandar determinado bem, o consumidor sempre se dirige ao centro ofertante daquela função central que se encontra mais próxima a ele e, sendo assim, áreas de influência de aglomerações “menores” são compreendidas (e totalmente compreendidas) por áreas de influência de centros “maiores”, quer dizer, posicionados de graus acima na hierarquia urbana em questão.

Sendo os centros de níveis hierárquicos mais elevados dotados das maiores áreas de influência, são exatamente estes os mais afastados entre si, como já mencionado. Assim, o número de centralidades “maiores” ou “mais importantes” economicamente, provedoras de serviços relativamente mais raros enquanto se varre um determinado espaço territorial, são mais capazes de ofertar bens e serviços diferenciados a populações cada vez maiores.

Christaller ainda chegou a elaborar três modelos espaciais de hierarquia de lugares centrais, detalhando formações geométricas de localização de centros urbanos determinados por três lógicas de ocupação – a saber – os princípios de mercado, os princípios de transporte e o princípio administrativo (IPEA, 2002). Para que funcionassem de maneira ótima, as cidades deveriam formar redes apresentando formas geométricas determinadas. Este tipo de análise se mostra muito aprofundada para o foco pretendido no presente trabalho, todavia fica importante ser citada a sua existência, que reforça a ideia de uma teoria de cunho extremamente racional.

A “teoria dos lugares centrais” parte de hipóteses simplificadoras como a consideração de que o espaço geográfico apresentaria características físicas e humanas que lhe confeririam homogeneidade, concorrência perfeita entre os produtores e, portanto, preços de mercado entre agentes que teriam uma relação linear com relação aos seus custos de transportes. Embora a teoria tenha sido utilizada e testada com frequência em vários pontos do globo principalmente entre os anos 1930, quando da sua formulação, até os anos 1970, em vários casos parece que a mesma perde seu poder explicativo ao longo do tempo, e principalmente face às mudanças na estrutura capitalista. Em primeiro lugar, podemos atentar para o fato da existência cada vez mais forte no decorrer do século XX de circuitos de

acumulação superiores e inferiores dentro das economias nacionais. A modernização tecnológica e agravados problemas de distribuição de renda foram deixando clara a diferenciação de consumo entre grupos sociais e, ao mesmo tempo, um diferente comportamento espacial dentro de um mesmo espaço de coexistência.

Outra discussão sobre a teoria de Christaller refere-se ao argumento de que seus pressupostos estariam assentados no capitalismo concorrencial, atualmente considerado ultrapassado ou incompleto. De fato, o capitalismo monopolista (sobre o qual Christaller não refletiu já que também não o vivenciou) traz consigo uma progressiva diminuição da importância e, até mesmo, da quantidade de localidades centrais de mais baixo nível hierárquico.

Desta forma, o surgimento de críticas ou novas teorias e conceituações que complementassem a teoria dos lugares centrais se deu naturalmente, e algumas delas serão analisadas posteriormente. No entanto, cabe ressaltar que as ideias de Christaller continuam tendo grande importância dentro de áreas de conhecimento como a Geografia e a Economia Regional, mesmo porque contribuem para um entendimento bastante lógico, geral e bem embasado teoricamente sobre como que a dinâmica capitalista pode alterar e moldar o território. A questão é que muitas vezes características específicas do próprio capitalismo, atuando sobre condições econômicas, históricas, sociais, regionais também específicas, acabam por criar arranjos espaciais e econômicos dos mais especiais. As variáveis condicionantes do espaço são muitas para serem contadas, ou seja, cada dinâmica econômico-espacial deve ser analisada sempre a partir do conhecimento histórico e temporal da determinada região.

## **2.2 As Cidades Industriais**

O crescimento das cidades e, principalmente, das grandes cidades se deu de forma exponencial a partir de meados do século passado. Em outros termos, podemos afirmar que há apenas duas ou três gerações atrás a maioria da população mundial vivia no campo. Um processo de urbanização sem precedentes atingiu o mundo inteiro e esse fenômeno pode ser explicado em grande parte pelo papel fundamental das cidades, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, em concentrar em seu seio uma nova dinâmica de acumulação de capital. Os centros urbanos passaram a constituir o espaço onde

literalmente trabalhavam os motores desse novo tipo de funcionamento da economia: trata-se da produção industrial em larga escala.

A entrada da indústria no âmago das cidades transformou o espaço urbano de maneira dramática. O processo industrial gera economias de escala capazes de tornar essas aglomerações urbanas independentes de seu entorno, quer dizer, com base numa produtividade crescente, a “cidade industrial” vai poder se especializar a ponto de comercializar seus produtos fora das suas fronteiras. Visto o maior acesso a bens produzidos externamente à cidade, o comércio local também sofre grandes aumentos em volume.

Uma vez que as indústrias começam a se desenvolver nessas aglomerações, a demanda por mão-de-obra aumenta para além que o mercado interno de trabalho pode suprir, não raro ocasionando migrações em larga escala de pessoas de outras áreas “desfavorecidas” ou fora do circuito de acumulação de capital. Esses deslocamentos frequentemente causaram o crescimento exacerbado de metrópoles nas mais diversas regiões causando uma dinâmica de “dispersão concentrada” em torno dos pólos industriais.

A indústria, dessa maneira, traz fortes mudanças para a estrutura econômica das cidades bem como para sua estrutura social, caracterizada por crescentes embates entre a classe burguesa dona dos meios de produção e o proletariado, além da forte presença de sindicatos. O retrato da condição urbana, nesse contexto, torna-se muitas vezes sinônimo da crescente poluição emitida pelas chaminés das fábricas, do aumento do uso do carro, da desordem urbana e da qualidade de vida precária das classes trabalhadoras. De uma forma ou de outra a cidade se constitui na solução fundamental para o desenvolvimento da indústria, concentrando, num espaço relativamente pequeno, a população consumidora, os trabalhadores e as condições para instalação das empresas fabris tais como a provisão pelo Estado do aparato legal que garantiu as relações de propriedade privada e livre circulação de mercadorias, serviços de transporte, comunicações, provisão da infraestrutura básica e serviços para o capital industrial e financeiro. Nesse âmbito, essas aglomerações urbanas são, sobretudo, a concretização mais avançada da dinâmica capitalista da sua época.

### **2.3 As Cidades Globais**

Dentro do cenário globalizado atual, vemos o surgimento tanto de uma nova base de conceitos como de novas hipóteses e teorias que melhor expliquem as grandes transformações no espaço metropolitano. Essas consequências do processo globalizatório bem como da introdução e implementação das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) serão apontadas com frequência ao longo desse trabalho tornando-se indispensável a descrição do conceito de “cidade global” desenvolvido por Saskia Sassen em finais do século XX. O termo foi criado em 1991 pela socióloga holandesa para caracterizar uma dinâmica apresentada em sua totalidade apenas por Nova York, Londres e Tóquio, conforme a própria autora apontava. Com o passar do tempo, entretanto, as formulações de Saskia, bem como de outros autores que seguem sua linha de pensamento, foram sendo utilizadas para explicar transformações em outras metrópoles de países desenvolvidos como também na dinâmica de crescimento das metrópoles latino-americanas. Nosso objetivo, por enquanto, é colocar a conceituação ‘pura’, que explicaria comportamentos gerados por um capitalismo globalizado e digitalizado que revoluciona cada vez mais o espaço urbano.

Para Sassen (1991) o crescimento de cidades como Londres ou Tóquio deve ser explicado a partir do reconhecimento de que essas centralidades funcionam como partes de uma rede de cidades, ou seja, não mais exatamente apenas pelas características inerentes a elas mesmas. Justamente inseridas no processo multidimensional da globalização, empresas transnacionais se tornaram atores econômicos cada vez mais importantes nos mercados internacionais e suas atividades se tornaram peças-chave no desenvolvimento e crescimento dessas metrópoles. As tomadas de decisão que crescentemente partem de sedes de empresas transfronteiriças, na sua intensa busca pelo lucro, causam, assim, fortes impactos sobre a arquitetura organizacional dessas cidades.

Sassen (2003) argumenta que esta lógica de reescalonamento a partir de fluxos transfronteiriços entre empresas e nodos de empresas diverge cada vez mais do sistema anterior, onde os Estados Nacionais eram os principais articuladores do desenvolvimento industrial. A diferença principal entre os dois sistemas é que as empresas transnacionais podem desenvolver atividades próprias segundo lógicas próprias numa vasta rede de cidades ligadas entre si através de redes de comunicação e informatização complexas, enquanto que, no sistema inter-estatal, os governos nacionais tinham suas ações limitadas pelas suas próprias fronteiras territoriais.

Esta nova arquitetura organizacional conjuga dois tipos de forças aparentemente contrárias mas que se retroalimentam entre si. A primeira delas consiste na dispersão e

mobilidade geográfica apresentada pelos nodos das empresas que apresentam uma crescente habilidade em espalhar suas filiais na busca ou de menores custos com mão-de-obra, no caso de unidades fabris, ou menores custos de transporte, no caso de unidades revendedoras que colocam seus produtos mais próximos dos mercados pretendidos. A segunda força pode ser vista como uma consequência da primeira: como há uma necessidade de controlar nodos dispersos este tipo de arquitetura também apresenta uma pressão concentradora de atividades – a gestão e controle das filiais ou nodos devem partir das sedes das empresas, de onde vêm as decisões estratégicas.

Desta maneira, a cidade global deixam assim de ter configurações baseadas na autoconcentração comum às “cidades industriais” na medida em que dispersam suas funções para outros territórios porque são capazes de concentrar as atividades de gestão. Essas aglomerações têm o verdadeiro poder de comando dentro da economia-mundo contemporânea. Com efeito, elas privilegiam as funções gerenciais, os serviços superiores (atividades financeiras, imobiliárias, serviços de informática, de consultoria, marketing, etc.), as relações transnacionais, além da inovação científica e tecnológica. Trata-se, desta maneira, de um tipo completamente novo de centralidade, onde as atividades industriais podem ser gerenciadas de longe, e alocadas onde existem vantagens comparativas com relação à mão-de-obra, incentivos fiscais, etc. Desse modo, a perda da centralidade industrial – a chamada desindustrialização das metrópoles – é fenômeno comum nessas centralidades, o que reverte várias tendências em relação ao modelo industrial anterior.

Essa dinâmica baseada na dispersão e concentração de atividades múltiplas ou diferentes garante a ascensão de centralidades que dispõem de funções globais, ou seja, aquelas cidades que estão mais preparadas para oferecer a infraestrutura necessária para receber as sedes das grandes empresas, as quais necessitam de sistemas de comunicação e digitalização que lhe permitam controlar seus nodos. Da maneira contrária, essa lógica pode determinar graves problemas ou deterioração de outras áreas metropolitanas que não se adequem às capacitações demandadas. Essa dinâmica pode desenhar, como o vem fazendo em vários espaços territoriais, um novo posicionamento das várias cidades dentro de um determinado sistema hierárquico.



## **CAPÍTULO 3. NOVAS IDENTIDADES NAS METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS**

Tendo por base as considerações teóricas feitas até aqui podemos nos aprofundar mais no estudo sobre as transformações recentes das metrópoles latino-americanas. Veremos a seguir que estas aglomerações, dentro da lógica da globalização, começam a se redesenhar, principalmente por ocasião da atuação de empresas que se dispersam em formas de nodo ou filiais mundo afora, e, dessa maneira, começam a desempenhar um papel diferente do anterior. Como veremos, essas grandes cidades estão mudando de estrutura e identidade, o que traz consequências amplas na sua dinâmica de funcionamento e, assim, no estilo de vida urbano.

Essas consequências são muitas e em diversos sentidos: mudam a composição de atividades desempenhadas, aspectos sociais e a própria morfologia da metrópole, entendendo-se por essa última o conjunto dos próprios elementos geográficos fixos: aquilo que chamamos de “arquitetura urbana”.

Começaremos com uma breve análise dos ajustes econômicos que se alastraram pela América Latina como consequência da reestruturação político-econômica pela qual passa o mundo a partir dos anos 1970 com as Crises do Petróleo e a decadência de Bretton Woods e ascensão do neoliberalismo. A vasta onda de desregulamentação, apoiada num contexto de ascendência tecnológica (as NTICs), apresenta o ferramental para o alastramento da atuação de grandes empresas multinacionais. Esse fato traz consequências sócio-econômicas importantes para as cidades, a questão tratada no presente capítulo.

No Quarto Capítulo daremos mais ênfase às mencionadas mudanças morfológicas das metrópoles latino-americanas, que também merecem destaque.

### **3.1 Consenso de Washington, globalização e a metrópole latino-americana**

A partir de meados da década de 1970 começaram a se difundir pelos países latino-americanos medidas que seguiam, com diversas convicções e intensidades, as recomendações de alguns organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, que se encontravam pautadas nas ideias centrais de liberalização e desregulamentação econômicas mundiais. Esses países latino-americanos em geral buscavam alternativas de crescimento em relação ao modelo anterior de industrialização baseada na substituição de importações através basicamente do fechamento em algum nível de suas economias à concorrência estrangeira. A nova ‘proposta’ de crescimento, cujas raízes teórico-ideológicas podiam ser encontradas na ortodoxia econômica neoclássica da escola monetarista de Chicago, obteve até as últimas décadas do século XX um apoio político crescente dentro dessas economias – era a ascensão do que seria conhecido como “modelo neoliberal” de crescimento, que seria reconhecido como o “Consenso de Washington”, tendo como agentes propulsores as potências líderes mundiais dos Estados Unidos e Grã-Bretanha (Mattos, 2004).

Uma profunda reestruturação se alastrou pela maioria das economias latino-americanas impulsionando uma liberalização econômica por vezes radical baseada em princípios de neutralidade do Estado, que incluía diversas medidas em matéria de desregulamentação, privatização, abertura externa, flexibilização salarial, entre outras. A palavra de ordem para a América Latina era reduzir o tamanho de um Estado lento e não dinâmico para que se desse lugar a uma maior concorrência internacional, o que seria o caminho para o aumento da capacitação e competência das empresas locais. Esse processo foi a maneira pela qual esses países foram inseridos no contexto da globalização, dinâmica mencionada no Capítulo 1 do presente trabalho.

Como é de conhecimento, o Brasil, nos anos 80, enfrentava graves problemas de vulnerabilidade externa, desequilíbrio na Balança de Pagamentos e lutava contra pressões inflacionárias através de planos econômicos de cunho heterodoxo. O país se encontrava num período de retração econômica após apresentar altas taxas de crescimento na década anterior. Mas foi apenas no começo dos anos 1990 que o país conheceu, com o governo de Fernando Collor de Mello, medidas amplamente desregulamentatórias, com um período marcado pela abertura externa e o início de um longo processo de privatizações que continuaria nos gestões posteriores de Fernando Henrique Cardoso.

Diante desse contexto de inserção no processo globalizante, as metrópoles latino-americanas também passaram a ensaiar um papel mais condizente com o novo dinamismo da economia mundial, ou seja, adquirir funções características de cidades globais. Houve então

uma expansão e valorização dessas metrópoles que estariam seguindo o caminho das metrópoles dos países desenvolvidos, muito embora não seja possível defini-las como cidades globais, mas que começam a apresentar uma certa capacidade de comando estratégico.

Essas cidades se inserem no circuito de acumulação capitalista internacional de forma peculiar. Essa inserção pode se dar através de fluxos de capitais transnacionais, IED ou cláusulas contratuais de produção. Esse tipo de relacionamento com os capitais internacionais não garante, na maioria dos casos, a transferência de funções gerenciais ou de controle. Determina-se, deste modo, que as decisões estratégicas venham do exterior para suas filiais latino-americanas, que, todavia, podem conservar algum poder decisório a nível regional. Com relação às colocações de Saskia Sassen – que se refere à inseparável dualidade da dispersão-concentração do poder e captação da riqueza com relação ao capital globalizado – podemos dizer que há a possibilidade de se considerar a existência de cidades proto-globais na América Latina.

Portanto, fica claro que não defendemos aqui a ideia de que as metrópoles de todo o globo estejam convergindo para um modelo único de cidade. Cada cidade conserva características próprias ligadas à sua história, cultura ou geografia – quer dizer – evidencia-se acima de tudo uma persistência da identidade particular de cada cidade.

De todo modo, o processo de reestruturação de aglomerações como Buenos Aires, Cidade do México ou São Paulo para que atendessem à novas demandas do círculo mundial de acumulação de capital é inquestionável (Sassen, 2003). As novas tecnologias da informação e comunicação desempenharam papel fundamental numa reorganização produtiva sob o contexto da globalização e tais forças resultaram em mudanças importantes. Dentre as tendências identificadas nas aglomerações latino-americanas está a preferência por parte dessas empresas em rede localizadas nesses países em se situarem nessas aglomerações. São as metrópoles latino-americanas que oferecem as condições propícias para o funcionamento de empresas que necessitam cada vez mais de uma estrutura adequada para um funcionamento dinâmico baseado na comunicação e informacionalização de processos. A presença dessas empresas traz para as centralidades toda uma nova forma de produção: observa-se que impulsiona-se a transformação da base econômica metropolitana com consequências fundamentais para a reestruturação dos respectivos mercados de trabalho como também para a promoção de uma maior dispersão territorial das atividades produtivas. Dessa forma, existe uma constante retroalimentação de dinâmicas dentro dessas centralidades.

Outra tendência importante observada se constitui numa mudança da morfologia social e territorial cada vez mais evidente. Nossas metrópoles enfrentam um processo de polarização e segregação social proveniente de um processo de distribuição de renda desigual e desequilibrado. Também se verifica uma crescente intensificação da dilatação urbana, com incontroláveis pressões sobre a suburbanização, periurbanização e policentrismo, ou seja, um espalhamento espacial (muitas vezes descontrolado) com o surgimento de novos centros menores de decisão.

Assim, faremos um esforço para explicar como uma nova dinâmica capitalista globalizada pode influir no espaço das grandes metrópoles latino-americanas.

### **3.2 Globalização e nova arquitetura produtiva**

A proliferação de empresas multinacionais e difusão de suas formas de gestão e organização redefiniu de forma singular a arquitetura produtiva das grandes cidades, assim como assinalamos anteriormente quando da conceituação de “cidade global”. A transição de um sistema produtivo que se materializava em um plano interestatal para um plano onde predominam relações interempresas, apoiada no advento das novas tecnologias de informação e comunicação, pode ser visto como o ponto de partida para as mutações sofridas pelas metrópoles latino-americanas a partir dos anos 1970. Obviamente, devemos sempre estar atentos ao grau de mutações dentro da América Latina especialmente se colocarmos as cidades dos países desenvolvidos dentro do nosso escopo de análise. Como já foi apontado, o “grau de globalização” das cidades latinas se revela baixo quando comparado à posição das metrópoles dos países mais desenvolvidos, tanto por questões de penetração da lógica capitalista como pelo desenvolvimento econômico dessas regiões.

De qualquer forma, verifica-se na América Latina uma formação, expansão e integração cada vez maior desse tipo específico de empresa, formando, como define Mattos (2004), “redes transfronteiriças” – às quais nos referiremos no futuro apenas como ‘RTF’. O autor cria o termo para destacar a importância de redes de empresas produtivas, financeiras e comerciais que operam conforme a nova lógica globalizante, operando dinamicamente entre si, dentro e fora de fronteiras nacionais. Mattos (2004) se refere ainda à existência de um amplo espectro de redes de outras naturezas como culturais, científicas, universitárias, etc, compreendidas ainda as redes relacionadas às atividades ilegais como o narcotráfico e o crime

organizado. Dessa maneira, a globalização e as NTICs criam e possibilitam maneiras de inserção de empresas dentro de um ambiente econômico cada vez mais integrado, sejam elas lícitas ou não.

Não é demais lembrar que todas essas inovações do método produtivo apenas puderam se dar mediante a mencionada onda de desregulamentação financeira e liberalização econômica que varre a América Latina no âmbito do Consenso de Washington. Verifica-se então uma comunhão de fatores institucionais, econômicos e tecnológicos que possibilita e incita o funcionamento em rede das empresas na procura de valorização de seus capitais. Desse modo, firmas latino-americanas que possuem os requisitos necessários buscam se projetar para o exterior na busca de lucros. O modelo econômico é, assim, comandado pela iniciativa privada e não mais pelo Estado que antes se ocupava da posição de principal fomentador e organizador da atividade produtiva.

Esse novo tipo de configuração produtiva apresenta, segundo Veltz (2000), três fenômenos importantes: a decomposição de grandes empresas integradas verticalmente, a crescente externalização das atividades consideradas não-estratégicas e a multiplicação no interior das unidades fabris de unidades com uma relativa autonomia. É fácil notar que essas novas características são possibilitadas pelos novos sistemas de gerenciamento e comunicação disponíveis, se constituindo em tentativas de redução de custos baseada na maior especialização produtiva. Veltz (2000) denomina esse tipo de configuração produtiva como 'modelo celular em rede', no que faz alusão à multiplicação do seriam as células ou nodos, ou seja, essas 'partes' das empresas com maior autonomia.

É claro que essa etapa de modernização capitalista ainda não se dá com o mesmo impulso se compararmos os países latino-americanos com aquilo que ocorre nos países desenvolvidos, onde a globalização acontece de maneira muito mais evidente. Não obstante, ainda é possível afirmar que aqueles países, na maioria dos casos, reestruturaram suas economias de modo a se articular à economia global, dentro do âmbito da divisão internacional do trabalho entre nações, sendo afetados pelas correspondentes transformações. Isso se refletiu sobretudo nos indicadores de comércio internacional, onde importações e exportações apresentaram significativos aumentos: entre 1990 e 1999 as exportações aumentaram 8,5% em volume e 7,9% em valor, enquanto que as importações subiram 11,1% em volume e 12,1% em valor (Cepal, 2001). Os dados sobre o IED de empresas sediadas na América Latina também revelam um aumento significativo, embora o importante aqui seja ressaltar a maior presença de empresas de países desenvolvidos em território latino-

americano, que resultam numa participação do capital externo cada vez mais forte em setores fundamentais de cada economia nacional.

Importante refletir sobre o “tipo de globalização” que ocorre na América Latina: a penetração externa frequentemente chega em forma de IED ou de outros capitais na maior parte especulativos (Baumann, 2004). A transferência de tecnologia via qualquer forma, seja através de centros de pesquisa e desenvolvimento, seja da adoção de novos processos inovativos, pode-se dizer, é bastante rara (Baumann, 2004). Isso ocorre justamente porque as sedes das grandes empresas se encontram em países desenvolvidos, ou, mais exatamente, nas cidades globais no sentido estrito do termo. Mesmo sendo difícil de se avaliar o grau de internacionalização de uma determinada cidade, é certo dizer que o número correspondente é bastante pequeno. As decisões estratégicas de quanto, como e o que produzir bem como o desenvolvimento de novos produtos e processos se encontram em escritório de multinacionais de cidades globais como Nova York, Londres ou Tóquio.

A apresentação desses termos é apenas uma confirmação para a América Latina do descrito na introdução deste trabalho: mesmo com a globalização e emergência da ação privada, os centros de decisão e poder permanecem dentro dos limites dos territórios dos países desenvolvidos.

### **3.3 Redes transfronteiriças (RTF) e impactos sobre as metrópoles**

A reprodução cada vez mais rápida desse novo modo de funcionamento das empresas, o modelo celular em rede, teve um grande impacto sobre as centralidades metropolitanas da América Latina e pode ser entendido a partir de duas lógicas simultâneas e complementares. A primeira delas jaz no fato de que houve uma ampla dispersão territorial das diferentes células ou nodos das RTF na busca de novos mercados. Ao mesmo tempo, constituiu-se a necessidade de concentrar as decisões estratégicas para controle dos diversos nodos em lugares específicos. Essa dinâmica de crescimento só foi possível através de comunicação e informacionalização em níveis extremamente desenvolvidos, quer dizer, com a solução advinda das NTICs.

Saskia Sassen (2003) ilustra esse fenômeno da seguinte forma:

“... as novas tecnologias da comunicação favorecem o deslocamento das atividades de produção; no entanto, como essa dispersão ocorre em um sistema econômico caracterizado por uma concentração cada vez maior do controle, da renda, da propriedade e da apropriação do lucro, as novas tecnologias também atribuem uma importância determinante às funções centrais de direção das grandes firmas mundiais”.

Essa diversidade de células e nodos se dispersou preferencialmente para as grandes metrópoles. As maiores centralidades latino-americanas se constituíam no território espacial que oferecia uma série de atributos e fatores que as RTF percebiam como condições necessárias para o melhor desenvolvimento de suas atividades e, portanto, para a intensificação do seu crescimento e expansão. Essas cidades ofereciam uma infraestrutura na área de comunicações que garantisse a comunicação com o ambiente global em seu conjunto, uma oferta diversificada e eficiente de serviços especializados e avançados, uma mão-de-obra propriamente capacitada, condições para uma comunicação direta entre as pessoas que desenvolvem as tarefas mais modernas e inovadoras<sup>2</sup>, um tecido produtivo amplo para abastecer os mercados *upstream* e um mercado amplo e em esperada expansão. O conjunto desses elementos, nos seus diversos graus, encerra por determinar a capacidade de atração de nodos de empresas multinacionais para as determinadas centralidades.

Quando as metrópoles latino-americanas recebem um número crescente de nodos de empresas reticulares<sup>3</sup> determina-se que essas próprias aglomerações transformam-se em nodos relativamente às redes de cidades transfronteiriças. Isso significa a transferência da lógica da globalização no âmbito de uma rede geográfica de cidades, onde cada cidade constituinte da rede em questão representa um nodo. Dessa maneira, essa dinâmica de dispersão-concentração que começa com o espalhamento de nodos de empresas transfronteiriças em escala mundial determina a formação de redes de cidades, interligadas permanentemente entre si. Esse processo redefine o papel das centralidades inseridas numa organização que Jessop (2000) tipifica como “*hubs and networks*” e é exatamente essa a modalidade básica de

---

<sup>2</sup> Considerando sempre os parâmetros locais de inovação, ou seja, o que, para uma determinada área, é um processo novo.

<sup>3</sup> O termo “reticular” que significa “em forma de rede” é comumente utilizado na literatura específica para caracterizar tipos de empresa que funcionam espalhadas por vários territórios através de seus nodos e filiais.

funcionamento territorial da economia globalizada, a maneira como a lógica capitalista se mostra espacialmente.

Passa a existir então uma interação típica entre diversas cidades-nodo dispersas espacialmente pelo mundo, o que possibilita uma valorização da capital que busca regiões capazes de gerar maior ou menor rentabilidade, dentro de um contexto global de concorrência. Nesse tipo de organização, cada uma dessas aglomerações

“ transformou-se no lugar em que as redes que tendiam a ser planetárias em diversos sentidos – das redes técnicas de transportes e comunicação às empresas-redes transnacionais, às redes das universidades e da pesquisa, da mídia do mercado financeiro – concentram seus “nodos” para realizar conexões e sinergias recíprocas” (Dematteis, 1998)

As metrópoles modernas deixam assim de ter configurações baseadas na autoconcentração, naquela dispersão concentrada própria do que definimos como sendo o modelo típico de “cidade industrial”, para se transformar em entrecruzamentos de redes múltiplas, que caracterizamos por sua vez como o modo de funcionamento típico da “cidade global” de Saskia Sassen. Trata-se de uma redefinição do próprio conceito de cidade e da falência da configuração da “cidade fordista”.

É importante então mencionarmos a questão da inserção das metrópoles latino-americanas na rede mundial de cidades e como que isso se dá de maneira correspondente à inserção dos países onde se encontram, de forma que tais aglomerações fazem parte da rede de modo parcial ou diferenciado, nunca sendo parte fundamental do sistema como um todo. Essas cidades se encontram à margem da circulação intensa de capital presente nos países ricos, da dinâmica concorrencial que a acompanha e do processo globalizante como um todo.

### **3.4 Novas Funções na Metrópole Latino-Americana**

Essas transformações às quais nos referimos acabam por encerrar uma crescente modificação da base econômica metropolitana, ou seja, uma mudança na estrutura setorial



encontrada no espaço urbano. Esta mudança está associada ao crescimento relativo do setor de serviços em relação ao setor industrial.

Essas mutações experimentadas por metrópoles latino-americanas como São Paulo, Cidade do México ou Buenos Aires só pode ser entendida a partir da égide da forte tendência à centralização e aglomeração do capital que vem se dando juntamente com o processo globalizante a partir de finais do século XX em escala mundial. A proliferação de fusões, alianças estratégicas e aquisições hostis que afetam a grande maioria dos setores econômicos dominantes tem determinado o surgimento de conglomerados cada vez mais poderosos (Baumann, 2004). Esses conglomerados disseminam seus nodos em forma de rede e em áreas produtivas, de serviços e financeiras de modo conjunto, muitas vezes sem que essa arquitetura seja devidamente notada pelos seus consumidores finais. Nesse caso, a situação de dependência estrutural de toda a sociedade com relação ao capital adquire sua expressão máxima, e as metrópoles latino-americanas refletem tal situação em sua base econômica.

O que acontece é que, à medida que a globalização se aprofunda, as metrópoles latino-americanas tendem a concentrar todo um conjunto de funções e atividades pertencentes a um “circuito superior de acumulação” ditado por essas “novas regras” (globalizantes) dentro de suas respectivas economias nacionais. Em outras palavras, essas centralidades atraem para si a produção e comercialização de produtos e processos próprios das esferas mais modernas e tecnologicamente avançadas (muitas vezes de função estratégica e geradoras dos maiores valores agregados).

Podemos agregar essas atividades em quatro grupos: i) as funções de gestão, direção, coordenação e controle das principais estruturas empresariais globalizadas ou em processo de globalização (conglomerados econômicos e financeiros, empresas multinacionais e grandes oligopólios); ii) a parte mais importante dos serviços para a produção (serviços financeiros, jurídicos, de consultoria, marketing, publicidade, informática, de engenharia e arquitetura, imobiliários, etc.); iii) um percentual significativo das atividades mais inovadoras e dinâmicas das indústrias mais modernas; e iv) as atividades relacionadas à distribuição e comercialização dos produtos globais (aqueles não ligados às especificidades das economias locais, como em casos onde há ampla vantagem comparativa na produção).

A presença dessas funções e atividades nas metrópoles determinam que nelas se registrem as maiores concentrações relativas de riqueza. Desse modo, podemos perceber a perpetuação e agravamento da desigualdade na distribuição de renda pelo contexto

econômico- regional-urbano que se espalha por nossos territórios. Para além desse critério mais geral, onde podemos comparar cidades, ainda existe uma dinâmica geradora de desequilíbrio crescente sócio-econômico dentro das próprias aglomerações. A existência de um “circuito superior de acumulação”, como descrito, força, como essa a própria classificação sugere, o aparecimento de um “circuito inferior” correspondente que presta serviços ao primeiro. Isto é, um circuito caracterizado por toda uma gama de serviços de baixa produtividade desempenhados por trabalhadores pouco qualificados que recebem baixos salários, onde predomina o trabalho precário e informal: o setor excluído das benesses da globalização.

Atente-se mais uma vez para o fato da parametrização desses graus tanto de riqueza como de modernidade e inovação. Por exemplo, podemos considerar numa cidade como São Paulo a presença de certos bens e serviços inovadores “genuinamente projetados ou desenhados dentro de fronteiras brasileiras” em relação ao conjunto de países de desenvolvimento econômico similar, mas nunca em relação aos países desenvolvidos. No caso de bens globais produzidos aqui por filiais multinacionais, a tecnologia e inovação que vem de fora dos limites territoriais invariavelmente apresenta problemas quanto a sua transferência para empresas locais. Queremos reafirmar aqui que as decisões estratégicas e formulações de novos produtos e processos no caso das empresas internacionais se encontram sempre em suas sedes, localizadas em cidades globais de seus países de origem.

### **3.5 Gestão Urbana e Fortalecimento da Ação Privada**

No âmbito da gestão urbana as propostas sobre planejamento urbano normativo comuns no período pós Segunda Guerra Mundial foram considerados obsoletos no último quartel do século passado, tomando força modalidades de gestão compatíveis com o discurso da “subsidiaridade estatal”, cujo objetivo explícito era remover, enfraquecer ou neutralizar as regulamentações estabelecidas pelas concepções mais intervencionistas. Entre seus princípios básicos, o novo enfoque considerava que o solo urbano não era um recurso escasso, podendo seu uso ser decidido pelo mercado em função de suas rentabilidades alternativas, sem maiores restrições ou regulação estatal. Ainda que essa concepção tenha sido adotada com diferente convicção e intensidade pelas administrações nacionais ou metropolitanas dos diferentes países, na maioria deles os fundamentos teóricos que a inspiraram ganharam terreno, legitimando a ação privada nos grandes negócios imobiliários dentro do perímetro urbano.

Na medida em que se liberalizaram as condições para materializar as preferências de localização das empresas e famílias, cujas estratégias, decisões e ações se fortaleceram no processo de desenvolvimento urbano, coalizões de membros das elites direta ou indiretamente relacionadas a esses negócios imobiliários tomam frente de articulações e desenvolvimentos que vão garantir a ocupação do solo metropolitano conforme a valorização de capitais e perspectivas de retorno financeiro. Dessa forma, novas construções são levadas a cabo sem se considerar como restrição um melhor funcionamento de cidades em constante crescimento.

A partir do momento em há uma recuperação da importância econômica das metrópoles latino-americanas no âmbito da onda globalizante, transformando-as em residência da parcela mais moderna e dinâmica dos aparelhos de produção nacionais e, portanto, dos setores sociais de renda mais alta, o solo metropolitano adquire maior importância como meio privilegiado para a valorização do capital dessa elite detentora do mercado imobiliário, que, neste contexto, apresenta crescimento em suas negociações de forma significativa.

Pode-se concluir, portanto, que, com a aplicação de políticas de liberalização e desregulamentação, a maximização da mais-valia urbana consolidou-se como principal critério urbanístico. Nessa lógica estritamente capitalista de reprodução do tecido urbano, os investimentos mais importantes são fruto de decisões privadas motivadas pelo lucro esperado e a evolução da cidade e consequente paisagem urbana começaram a ficar marcadas por intervenções fragmentadas e desconexas.

## **CAPÍTULO 4. TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS NAS METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS**

Esse capítulo trata das mudanças morfológicas nas metrópoles latino-americanas que podem ser atribuídas à globalização. Podemos dizer logo em princípio que o entrecruzamento de múltiplas redes transfronteiriças causa a acentuação da expansão territorial metropolitana na forma de uma periurbanização crescente. Para retomar o que foi atribuído como características da “cidade industrial” e da “cidade global”, verificamos um tipo de crescimento incontrolável nos moldes da segunda, uma vez que há o surgimento de aglomerações difusas, onde o espaço é ocupado de maneira fragmentada e constituída múltiplos “locais urbanizados” ligados por vias expressas ou corredores de ligação.

Os tecido urbano, dessa forma, cresce por sobre o que antes era considerado essencialmente rural, onde a modernização provocada pela globalização introduz diversos novos equipamentos arquitetônico-produtivos que acabam por transformar a paisagem. Ainda que muitas dessas mudanças características da dinâmica globalizante estejam condicionadas pela história e especificidades relativas a cada uma delas, fato que nunca podemos deixar de lado, são os fatores e requisitos inerentes a essa etapa de modernização capitalista que nos interessam no presente trabalho.

As tendências centrais por nós consideradas serão tratadas nas cinco seções a seguir e permitem a caracterização e identificação de um novo tipo de cidade e ambiente urbano cada vez mais nítido nas metrópoles latino-americanas.

### **4.1 Sistemas produtivos centrais organizados de forma reticular**

Um aspecto ou tendência importante é a formação de uma rede que envolve a metrópole em si e um crescente número de cidades de menor porte relativamente próximos da área metropolitana e não conurbadas<sup>4</sup> a ela. Dessa forma, essas centralidades intensificam sua

---

<sup>4</sup> A “conurbação” se refere ao tecido urbano contínuo resultante do crescimento e encontro geográfico do limite de duas ou mais cidades que, contudo, não perdem suas identidades.

relação funcional com a metrópole, passando a fazer parte da sua dinâmica, e inclusive mudando sua condição de centros independentes e o estilo de vida que oferecem. O que percebe-se é a formação de um sistema produtivo regional em torno da maior aglomeração, que “puxa” e norteia o desenvolvimento daquela região.

Como destaca Méndez (2003), ocorre uma reestruturação territorial em que integração e dispersão fazem parte do mesmo processo:

“Por un lado, una creciente integración y dependencia entre territorios cada vez más extensos, articulados por todo tipo de flujos, tanto materiales como inmateriales. Por otro, una dispersión de las actividades y la población, que reduce el gradiente densimétrico para favorecer la formación de subcentros en nodos de alta accesibilidad conectados a las principales arterias e intercambiadores multimodales de transporte [...]”

Essa significativa ampliação do campo de influência exercido pela metrópole é justamente explicada por uma premissa básica deste trabalho: as inovações tecnológicas das NTICs possibilitaram às empresas um leque de escolhas territorial maior dentro da lógica de otimização de lucros. Por esse motivo, esses ‘campos de externalidade metropolitana’ passam a apresentar cada vez mais uma forma reticular, contrariamente à forma de área compacta a partir ao raio relativamente limitado da “metrópole industrial”.

Mattos (2004) explica a questão de uma forma didaticamente interessante ao colocar que “a imagem da mancha de óleo deixa de ser válida para descrever o fenômeno urbano e é substituída por outra mais adequada, a de um arquipélago com ilhas urbanas interligadas”. Como destaca Aguilar para o caso da Cidade do México, em uma afirmação que pode ser generalizada para a maioria das metrópoles latino-americanas, “a maior parte do crescimento não ocorre mais dentro do perímetro urbano, mas se transferiu para um número importante de cidades médias e pequenas dentro de uma ampla região metropolitana a uma distância considerável do núcleo central da megacidade” (Aguilar 2001 apud Mattos, 2004). Para citar um outro estudo de caso, Araújo (2001) afirma em relação a São Paulo:

“A estrutura industrial do conjunto das regiões que configuram o entorno da região metropolitana de

São Paulo apresenta alto grau de interação técnica e funcional com ela. Pode-se afirmar que nessa parcela do território paulista ocorre um amplo processo de metropolização, integrando aglomerações urbanas metropolitanas (São Paulo, Campinas e Santos) e não-metropolitanas (São José dos Campos e Sorocaba) em uma grande área sócioeconômica”.

Em uma escala mais ampla para o caso brasileiro, Diniz (apud Mattos,2004) sugere a expressão “aglomeração poligonal” para descrever e explicar o crescimento que ocorre a partir da cidade de São Paulo para um extenso polígono que se espraia na direção sudeste.

#### **4.2 Despovoamento do núcleo central e crescimento das bordas**

A expansão periurbana das grandes cidades latino-americanas é um fenômeno que começa a se esboçar nas década de 1960 e 1970 quando os países em questão experimentam em geral o auge da era desenvolvimentista, com uma industrialização substitutiva liderada pelo Estado e grandes migrações em direção às áreas urbanas. E, com a transformação da base econômica metropolitana sob os efeitos da globalização, questão citada no capítulo anterior, a expansão dos limites geográficos dessas centralidades ganha novo impulso, agora sob uma dinâmica diferente.

A tendência pela expansão metropolitana, não sendo mais causada pelo incontrolável crescimento da população presente, uma vez que não mais apresenta nem altas taxas de migração ou reprodução, hoje se explica pelo aumento dos deslocamentos intra-metropolitanos. Essa movimentação intra-metropolitana e a dispersão das empresas reticulares se alimentam entre si.

Esses movimentos internos de população, que fazem com que uma parte considerável dos habitantes dessas cidades se mude para áreas de borda, contribuem para manter a continuidade da dilatação metropolitana. Dessa forma, mesmo com taxas de crescimento da população residentes baixas, a expansão da mancha urbana persiste.

Há, nesse âmbito, uma recomposição funcional e social do espaço urbano: as áreas centrais mais antigas e consolidadas (os “centros da cidade”) perdem população para as áreas

da borda metropolitana, os limites do que pode ser considerado urbano e rural, muito embora seja de grande dificuldade uma diferenciação geográfica precisa desse tipo de fronteira.

Segundo Mattos (2004), esse fenômeno é confirmado pelos dois últimos censos de população em praticamente todas as metrópoles latino-americanas. E não só para as cidades de maior dimensão (São Paulo, Cidade do México, Buenos Aires, Rio de Janeiro, etc.), mas também em algumas menores, como La Paz, Montevideo, Cidade do Panamá, São José da Costa Rica, entre outras.

Nessa dinâmica, à medida que o transporte – notadamente o viário – acentua sua relação com a expansão metropolitana, verifica-se um importante adensamento urbano em torno das principais vias de transporte que confluem para o coração da cidade, para as citadas áreas centrais mais antigas. Emerge então uma estrutura tentacular de eixos viários ou estradas que ligam o espaço central de fluxos com as zonas limítrofes, de borda.

#### **4.3 Policentrismo Metropolitano**

A conjugação de dois dos fenômenos descritos anteriormente – a saber, a expansão territorial (via periurbanização) e a dispersão produtiva (via nodos de empresas reticulares) – possibilita, de maneira natural e simultânea, uma outra tendência: o deslocamento de funções, serviços e atividades, pertencentes antes somente aos centros tradicionais, para novos locais que têm por isso um acréscimo na sua importância econômica. Esse movimento, de transição de uma estrutura articulada em torno de um centro principal para uma organização policêntrica, tem provocado o declínio do papel e da importância dos tradicionais “centros da cidade”.

A incorporação de cidade menores, povoados e vilarejos na dinâmica metropolitana, como já colocado na seção 3.3, também teve importância fundamental nesse processo: seus centros, que exercem influência sobre esses territórios menores, passaram a receber novas funções através do deslocamento de nodos ou filiais de empresas presentes na área metropolitana, se transformando por vezes em novos subcentros metropolitanos. Sendo englobadas pela mancha metropolitana, o aparecimento dessas centralidades como provedoras de funções centrais, na maior parte na área de serviços comerciais, também contribuem para um esvaziamento do centro metropolitano tradicional.

Voltando-se para a perspectiva mais geral que assinala a transformação das aglomerações latino-americanas em nodos de uma grande rede global de cidades transfronteiriças, colocada também na seção 3.3, apontou-se a questão do espalhamento dos nodos das empresas multinacionais que buscavam acesso às diferentes partes dos mercados metropolitanos. Também essas movimentações impulsionaram a formação de novos subcentros dentro do território metropolitano.

Pela ótica da ampliação da externalidade metropolitana, no contexto dos avanços em matéria de transportes e comunicações, itens também já mencionados, podemos observar uma indução na direção do policentrismo metropolitano, na medida em que sedes corporativas e escritórios centrais de grandes empresas são transportados para fora dos centros de negócios tradicionais, dada a decadência destes últimos. Verifica-se nesse crescimento a construção de edifícios, prédios corporativos e, em alguns casos, grandes complexos empresariais nas áreas intermediárias metropolitanas, o que transforma, muitas vezes de maneira radical, a paisagem urbana desses espaços. Essas novas centralidades contam com a elevada participação do setor terciário avançado e particularmente dos serviços prestados à produção, que costumam acompanhar os deslocamentos das sedes corporativas das principais empresas. Assim, tanto o ‘Centro Corporativo Santa Fé’ na Cidade do México, o ‘Centro Berrini’ em São Paulo, ‘Catalinas’ e ‘Puerto Madero’ em Buenos Aires ou a ‘Cidade Empresarial’ de Santiago do Chile contam com uma importante presença de funções *back-office* de serviços avançados.

Numa lógica similar, os serviços pessoais, que por sua vez seguem a localização das famílias principalmente de classe média ou alta (as mais inseridas nas novas dinâmicas aqui apresentadas), originam algumas iniciativas privadas de grande dimensão – notadamente os *shopping centers* e algumas extensas superfícies comerciais.

A perda de gravitação do centro tradicional se dá como consequência do espalhamento do poder decisório para novos subcentros. Assim, seu uso passa a ser decrescente. Esse fenômeno adquiriu maior expressão nas duas grandes megalópoles latino-americanas – Cidade do México e São Paulo. Na primeira, deu-se um deslocamento inicial, ainda no período industrial-desenvolvimentista, do centro tradicional em direção ao ‘Paseo de la Reforma’ e ‘Polanco’, que continua também rumo ao sul da aglomeração urbana, seguindo preferencialmente a direção da ‘Avenida Insurgentes’, para se dispersar em torno do ‘Perférico Sur’ e culminar na vasta expansão imobiliária do ‘Centro Corporativo Santa Fé’ e outros importantes megaprojetos imobiliários de cunho similar (Fideicomiso, 2000 apud Mattos, 2004). Por outro lado, em São Paulo destaca-se o sucessivo deslocamento da



principal área de negócios do centro histórico, primeiro durante o apogeu do modelo industrial-desenvolvimentista, rumo à ‘Avenida Paulista’ e depois, na década de 1990, em direção ao sudoeste, na ‘Avenida Luiz Carlos Berrini’ e na ‘Marginal Pinheiros’, bem mais longe do centro tradicional, configurando-se um grande complexo de prédios nessa localidade, como aponta Frúgoli (2000 apud Mattos, 2004).

Este mesmo processo também se manifestou em outras metrópoles latino-americanas: em Lima, com o progressivo deslocamento do centro histórico rumo a ‘San Isidro’ e ‘Miraflores’, além da formação de um importante subcentro industrial de ‘Gamarra’ (Ludeña, 2002 apud Mattos, 2004); em Santiago do Chile, onde o deslocamento industrial rumo à ‘Comuna de Providencia’ foi seguido por uma maior dispersão para ‘El Golf’ e seus arredores, culminando com a criação da ‘Cidade Empresarial’ em ‘Huechuraba’ (Ciccolella, 2000 apud Mattos, 2004); no Rio de Janeiro, onde o crescimento empresarial e imobiliário se deu em direção oeste com grande força, principalmente no caso da ‘Barra da Tijuca’, ao longo da ‘Avenida das Américas’. Tudo o que tem acontecido em Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Montevidéu, São José da Costa Rica e Cidade do Panamá, entre outras, corrobora a generalização dessa tendência sob impulso da globalização.

Como se pode observar, todas essas forças e pressões – o espalhamento de nodos de empresas reticulares, a dispersão produtiva, a expansão territorial ou o surgimento de novos subcentros, a ampliação da externalidade produtiva – todos esses fenômenos, apoiados na lógica globalizante e na emergência das NTICs, se alimentam entre si, dificilmente sendo mutuamente exclusivos, ficando difícil determinar o começo ou o fim dos mesmos.

Como colocado na seção 3.5, é importante salientar o fato de que foram as intervenções privadas que provocaram maior impacto na estruturação da morfologia metropolitana, gerando-se centralidades desconexas e fragmentadas, dada os objetivos empresariais embasados na busca de maior rentabilidade para os próprios investimentos e evitando qualquer consideração sobre qual poderia ser a localização mais apropriada do ponto de vista da organização e do funcionamento da cidade em seu conjunto.

#### **4.4 Urbanização das áreas intersticiais periurbanas**

A próxima mudança na morfologia das grandes centralidades latino-americanas a ser colocada é a nova utilização das áreas intersticiais, quer dizer, das áreas localizadas por entre os principais pólos de urbanização da metrópole de crescimento fragmentado ou disperso territorialmente.

Esses interstícios, antes ocupados apenas por uma população que se dedicava a tarefas rurais, e, portanto, ainda caracterizando uma zona não urbana, ao serem implementados pela mancha metropolitana, se tornaram alvos de empreendimentos que vão de condomínios fechados e clubes de campo às verdadeiras cidades-satélites de grande dimensão ('Alphaville' em São Paulo e 'Nordelta' em Buenos Aires são exemplos clássicos).

Em outras palavras, o que ocorre nessas cidades é a intensificação da ocupação dessas áreas antes rurais por setores de renda média e alta da população urbana que procuram uma melhor qualidade de vida, tentando escapar dos problemas crescentes das áreas mais tradicionais que apresentam aumento da criminalidade, da violência urbana, da poluição, congestionamentos e conflitos em geral. Esse tipo de preferência deu origem a uma grande variedade de negócios imobiliários que promovem a ocupação e o loteamento de grandes extensões de terra periurbana, que em muitas vezes alteram dramaticamente a paisagem e o modo de vida local. No Rio de Janeiro, para citarmos um exemplo, os empreendimentos imobiliários, na forma de grandes condomínios residenciais fechados na 'Barra da Tijuca', se espalham de maneira crescente desde os anos 1980, prometendo um "novo estilo de vida" ("mais próximo da natureza" e alternativo ao "caos urbano").

No caso da população pré-existente que permanece ligada a tarefas rurais, observa-se basicamente que ela teve de enfrentar algumas mudanças radicais com relação às condições em que trabalhava e morava: por um lado predomina o trabalho sazonal e precário ligado à empresas agroexportadoras e, por outro, essa população é afetada pela crescente urbanização, pois em grande parte reside em pequenas cidades e povoados do periurbano metropolitano, situados próximos de seus locais de trabalho rural.

Essas movimentações foram só possibilitadas pela presença das NTICs e uso cada vez intenso do carro (dos meios de transporte viários) que possibilitaram uma infraestrutura mais aceita pelas classes mais altas.

#### **4.5 Ampla presença de novos equipamentos urbanos**

As atividades que compõem a nova base econômica metropolitana, especialmente as terciárias, impulsionaram a implementação ou construção de diversos tipos de equipamentos urbanos que começaram a marcar a paisagem como verdadeiros emblemas dessa etapa modernizadora. Ainda que em geral reproduzam ou imitem configurações originadas e difundidas na fase fordista nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos, sua multiplicação em versões afins às demandas dessa etapa de modernização capitalista ocorreram, na maioria das metrópoles latino-americanas, quando as condições geradas pela globalização justificaram sua presença e forneceram viabilidade econômica ao seu funcionamento.

Em sua maior parte, esses equipamentos acompanharam a expansão territorial de um setor de serviços globalizado que, ao se desenvolver em diversas centralidades, exigiu um tipo de suporte arquitetônico que facilitasse seu adequado deslocamento e destacasse sua imagem corporativa no local onde devia ser construído.

Dessa forma, esses novos equipamentos urbanos podem ser considerados como a expressão simbólica dos protagonistas da sociedade capitalista globalizada: as corporações e conglomerados multinacionais. Como tais, sua presença documenta o grau de avanço de globalização de cada cidade, ou seja, seu grau de inserção no sistema mundial de cidades em rede.

Mattos (2004) coloca como configurações que mais repercutiram na formação dessa nova paisagem urbana as listadas a seguir:

- os espaços comerciais diversificados e/ou especializados, especialmente *shopping centers*.
- prédios corporativos e conjuntos empresariais, concebidos conforme as mais modernas tecnologias (os chamados “prédios inteligentes”).
- hotéis de luxo e alto luxo e locais para realizar feiras internacionais, conferências e grandes eventos.
- novas configurações de lazer, que oferecem opções de entretenimento ligadas às novas tecnologias, especialmente no campo da eletrônica: complexos integrados de cinemas com múltiplas salas de sessão, novos tipos de salas de jogos eletrônicos e parques temáticos de lazer são os principais exemplos.

## CONCLUSÕES

Como mostramos no decorrer do trabalho, a conjugação de vários fatores nos campos econômico, político, social e tecnológico, que começaram a se desenhar a partir das três últimas décadas do século passado, se correlacionaram de tal forma que acabaram por formular tanto uma nova dinâmica de funcionamento inteiramente nova para as metrópoles latino-americanas como gerar consequências importantes para sua morfologia ou paisagem urbanas.

A dinâmica de funcionamento de múltiplas empresas reticulares, que escolheram o espaço metropolitano na América Latina para se fixar, determinaram mudanças sobre o modo de funcionar dessas centralidades, que hoje em dia mostram equipamentos urbanos sinalizadores do processo globalizante. A inserção dessas metrópoles se dá de maneira diferente das metrópoles desenvolvidas uma vez que entram no circuito global de acumulação de maneira subsidiária. Nesse contexto, essas aglomerações latino-americanas se apresentam como receptoras de nodos de empresas com poder de decisão apenas regional. Assim, é possível reconhecer que as mesmas funcionam como cidades “proto-globais”, ou seja, que apresentam funcionalidades características e em conformidade com o sistema de acumulação, tendo, porém, um alcance não global. De todo modo, essas cidades são a expressão máxima da lógica capitalista no espaço latino-americano.

No campo político-ideológico, a incidência das forças globalizantes só foram possíveis graças à implementação de regras de liberalização e desregulamentação econômica adotadas gradualmente pelos Estados Nacionais latino-americanos, dentro do contexto dos ideários neoliberais e dos receituários baseados no Consenso de Washington. É apenas com a abertura das economias ao setor externo com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas nacionais presentes em cada país, e, portanto, com o desmantelamento do modelo de substituição de importações, que as empresas multinacionais reticulares podem se espalhar em rede de modo mais adequado.

A introdução de novas tecnologias da informação e comunicação, bem como o crescimento do uso do carro como meio de transporte dentro dessas metrópoles, revolucionou

e continua a revolucionar tanto as relações interempresas como interpessoais, no âmbito de uma mudança de paradigma tecnológico que traz consequências e propicia também a dispersão das empresas reticulares.

O resultado para essas metrópoles na sua arquitetura urbana reside no espalhamento de vários ícones do mundo globalizado, que acabam por mudar a experiência da vida urbana para os que ali habitam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMENDOLA, Giandomenico. *La città postmoderna. Magie e paure della metropoli contemporanea*. Roma, Editora Bari, Gius, Laterza & Figli, 1997.
- ASCHER, François. *Métapolis ou l'avenir des vielles*. Paris, Editora Odile Jacob, 1995.
- BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. *Economia Internacional – Teoria e Experiência Brasileira*. São Paulo, Editora Campus, 2004
- CASTELLS, Manuel. *La ciudad informacional. Tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano regional*. Madrid, Alianza Editorial, 1989.
- CEPAL: *Una década de luces y sombras*. Santiago, Noticias de la Cepal, n.15, março/2001.
- CORRÊA, R. L. *A rede urbana*. São Paulo, Série Princípios, Editora Ática, 1989.
- DEMATTEIS, Giuseppe. *Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas*. In: Monclus, Francisco Javier (ed.), *La ciudad dispersa*. Barcelona, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.
- DEMATTEIS, Giuseppe. *La ciudad dispersa. Suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Non basta una forte identità, la città vive solo se ès um “nodo”. *Telèma* 15, 1998. Disponível em [www.fub.it/telema/](http://www.fub.it/telema/)
- FMI. *Internacional Capital Markets. Developments, Prospects and Policy Issues*. Washington DC, 1996.
- FMI. *Internacional Capital Markets. Developments, Prospects and Policy Issues*. Washington DC, 1995.
- GEDDES, Robert. *Metropolis unbound. The sprawling american city and the searching for alternatives*. The American Prospect, nov-dez, 1997.
- INDOVIVA, F. *La città diffusa*. Venezia, Editora Daest, 1990.

- IPEA. *Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana*. Brasília, IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR, 2002.
- JESSOP, Bob. *Reflexiones sobre la (i)lógica de la globalización*. Zona Abierta, Madrid, n. 92/93, 2000.
- MATTOS, Carlos. *Redes, Nodos e Cidades*. In: *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org.). São Paulo, Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro, FASE, 2004.
- MATTOS, Carlos A. de. *Movimientos del capital y expansión metropolitana em las economías emergentes latinoamericanas*. Málaga, Revista de Estudios Regionales, n.60, maio, 2001.
- MÉNDEZ, Ricardo; CARAVACA, Inmaculada. Revista EURE (Vol. XXIX, Nº 87), pp. 37-50, Santiago de Chile, set., 2003.
- SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton/NJ, Princeton University Press, 1991.
- SASSEN, Saskia. *Localizando ciudades en circuitos globales*. Santiago, Revista EURE, v. 29, n. 88, Santiago de Chile, diciembre, 2003.
- VELTZ, Pierre. *Le Nouveau Monde Industriel*. Paris, Editora Gallimard, 2000.